

ECONOMIA DA ESCASSEZ

Felipe Erasmo Cabral

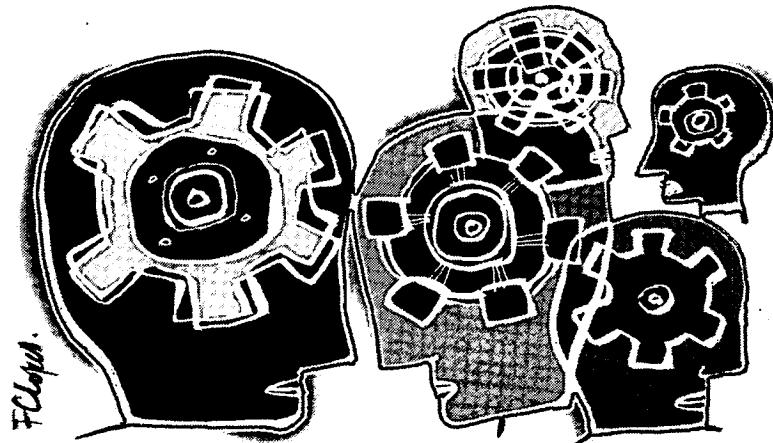
Na discussão sobre os problemas da economia brasileira, tem escapado à mídia a importância de focalizar com maior profundidade os conceitos de produtividade do sistema econômico, ou seja, o grau de eficiência com que a sociedade tem administrado seus fatores de produção. A questão é pertinente. A sabedoria convencional, ao dizer que "carro apertado chia", ensina que, em épocas de escassez, os recursos devem ser otimizados.

Nessa moldura de referência, é inevitável analisar o impacto da chamada globalização. O processo, de natureza estrutural, afeta não só os planos econômico e político, mas todos os aspectos da vida do país.

O setor privado, por estrita sobrevivência, viu-se forçado a submeter-se a adaptação dolorosa em ambiente antagônico e cada vez mais competitivo, procurando alcançar os níveis de eficácia internacionais. Alguns segmentos praticamente desapareceram, incapazes de enfrentar a concorrência da produção globalizada.

Os sobreviventes salvaram-se graças a ganhos no campo da produtividade. Eles recorreram a técnicas modernas de gestão, conhecidas por rótulos novos — reengenharia organizacional e programas de qualidade total, entre outros.

Nessa situação de rápidas mudanças, o fator de produção trabalho foi o mais apenado. Por um lado, as novas tecnologias de produção intensivas em capital geraram o chamado desemprego estrutural. Por outro, a redução da atividade econômica deri-



vada da inadequação das finanças públicas gerou, em setores tradicionais absorvedores de mão-de-obra não qualificada (como o de obras públicas), grande retração da demanda por empregos. O quadro de desemprego — resultante basicamente dessas duas componentes — é hoje dado de realidade concreta e desafio prioritário para a sociedade.

A capacidade de reação e adaptação do setor privado nacional não foi acompanhada pela área governamental. Felizmente, apesar da interveniência de variáveis macroeconómicas cujo controle não mais pertence ao Estado, ainda há espaço para administrar fatores de produção disponíveis.

Alguns casos de baixa produtividade e desperdício do setor governamental são gritantes, permeando indistintamente os poderes constituintes da República em todos os níveis. Tanto é assim que, nos últimos anos,

tem sido constante do discurso político a necessidade de reformas institucionais.

Retórica à parte, os sintomas de deterioração do relacionamento do equipamento governamental com a sociedade são evidentes. Aparecem na área da saúde, da educação, dos transportes e da segurança e, principalmente, na desgastante interface burocrática do setor governamental com a sociedade.

A escassez de recursos é óbvia, mas ganhos de produtividade podem e devem ser conquistados. Impõe-se recorrer a técnicas de gestão mais eficazes que contemplam, por exemplo, a otimização de compras de bens e serviços, a redução dos procedimentos burocráticos em todos os campos das relações governamentais, a maior eficiência das agências que regulamentam os serviços públicos recentemente privatizados.

Investimentos de pequena monta

em racionalização e treinamento de recursos humanos, principalmente para o pessoal que mantém interface com o público, podem fazer diferenças substanciais e resgatar, até, a auto-estima do cidadão, acuado por voracidade fiscal incompatível com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

O aspecto de todo esse complexo quadro que certamente merece maior reflexão por se tratar do principal indutor de ineficácia relaciona-se aos critérios de natureza estritamente políticos que têm sido adotados na nomeação de grande parte dos dirigentes públicos. O apadrinhamento e a composição política introduzem perdas na qualidade da gestão da coisa pública.

Por racionalização ou conveniência, essas perdas têm sido atribuídas a fatores externos (condições meteorológicas adversas em Bauru ou ataque especulativo ao real, por exemplo) e, sistematicamente, ao funcionário público, bode expiatório da maioria das mazelas nacionais. Paralelamente à incompetência administrativa decorrente dos rotineiros acordos fisiológicos, intervém, quase sempre, o flagelo da corrupção, cujos efeitos deletérios solapam a nação em dimensão inimaginável.

A consciência política desses problemas é condição necessária mas não suficiente para sua solução. É indispensável que a sociedade se mobilize e, preliminarmente, exija maior respeito de seus representantes.

■ Felipe Erasmo Cabral, economista pós-graduado pela New York University, é consultor de empresas